

Senado aprova R\$ 2 bilhões para combater gripe suína

Acordo entre governo e oposição permite votação de medida provisória que abriu crédito extraordinário aos ministérios da Saúde e dos Transportes. José Sarney prevê decisão sobre novas matérias na sessão de hoje

A medida provisória abre crédito de R\$ 2,168 bilhões, destinados à prevenção e ao combate da gripe suína. Na exposição de motivos, o Executivo argumenta que a alocação de

recursos foi necessária devido à situação de emergência da saúde pública e ao aumento dos contágios e mortes em decorrência da pandemia. O senador Alvaro Dias afirmou que a oposição decidiu colaborar porque

os recursos serão usados em favor da saúde da população, mas criticou a “falta de planejamento do governo”. O presidente do Senado, José Sarney, anunciou para hoje a votação de outras duas MPs. **3**



José Cruz

Ganhadoras do Prêmio Bertha Lutz (acima) e a Mesa com Sarney, Dilma Rousseff, Nilcéa Freire, Serys e Jaime Lerner

Sete personalidades recebem prêmio na sessão em homenagem às mulheres

Com a presença da ministra Dilma Rousseff, pré-candidata à Presidência da República, o Congresso fez ontem sessão especial para marcar

o Dia Internacional da Mulher. O presidente do Senado, José Sarney, entregou a sete personalidades o Diploma Bertha Lutz. **4 e 5**



J. Freitas

CCJ examina hoje reforma do Código do Processo Penal

Proposta prevê prazo ilimitado para escuta telefônica, entre outras medidas. **2**

Debate aponta que dívida rural exige soluções inovadoras

Especialistas dizem na CRA que modelo de financiamento atual está esgotado. **7**

CPI pode pedir quebra de sigilo no caso Bancoop

Proposta é do senador Heráclito Fortes, presidente da comissão. **8**

Para Sarney, os parlamentos envelheceram

Presidente do Senado participa de seminário sobre novas mídias e diz que futuro da democracia é passar da representação para a participação. **3**

Márcio Kolumbe



Consenso sobre banda larga: acesso universal a preço baixo

Internet de alta velocidade, com boa qualidade e preço acessível, deve ser meta do Plano Nacional. **6**

Ministro Franklin Martins (E), da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, e senador Flexa Ribeiro, que preside a CCT

Emendas propostas por Demostenes e Simon preveem fim da revisão do arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público e prazo ilimitado para interceptação telefônica

CCJ examina reforma do Código de Processo Penal

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar hoje, às 10h, a reforma do Código de Processo Penal. Estão na pauta 23 emendas ao projeto (PLS 156/09), sendo dez do presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), e 13 de Pedro Simon (PMDB-RS), que receberão parecer do relator da matéria, Renato Casagrande (PSB-ES).

Entre as dez mudanças sugeridas por Demostenes, está a supressão de dispositivo que prevê a revisão do arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público. O senador entende que esse órgão não tem amparo constitucional ou infraconstitucional para revisar decisões judiciais. O presidente da CCJ pretende também reconhecer o papel de outros órgãos

além do Ministério Público na apuração de infrações penais. É o caso, por exemplo, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda.

Pedro Simon deseja, com uma das 13 emendas à proposta, tornar ilimitado o prazo da interceptação telefônica para produção de provas na investigação. O senador quer acabar também com os embargos infringentes, recurso que ele considera contrário ao princípio de celeridade da Justiça.

Inovações

A reforma do Código de Processo Penal baseia-se em anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas criada em julho de 2008 a partir da aprovação, pelo Plenário do

Senado, de requerimento de Renato Casagrande. Em maio de 2009, uma comissão temporária composta por 11 senadores continuou o trabalho da comissão de juristas.

Uma das inovações previstas é a criação da figura do juiz das garantias, para conferir maior isenção ao juiz que dará a sentença. Outra inovação é uma série de direitos do acusado e da vítima, como o de não serem submetidos à exposição dos meios de comunicação. A proposta altera também o sistema de recursos contra decisões de juízes ou tribunais, tornando mais rápida a solução do processo. O projeto permite ainda uma maior aproximação da polícia com o Ministério Público e abre espaço para a conciliação entre as partes.



Senador Gerson Camata discursando, observado pelo 1º secretário Heráclito Fortes e por funcionários do Senado

Lançado catálogo de obras raras e valiosas

Em cerimônia realizada ontem na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, o Senado comemorou o Dia do Bibliotecário (12 de março) com o lançamento do *Catálogo de obras raras e valiosas da coleção Luiz Viana Filho* e a abertura da exposição *Biblioteca Escolar: Tudo Começa Aqui*. Também foi lançado o livro *Avaliação de usabilidade na internet*, de José Antonio Machado do Nascimento e Sueli Angélica do Amaral.

"Porque somente os povos que amam os livros aprendem

a amar a liberdade e ambicionar o progresso" é a frase do ex-senador e ex-presidente do Senado Luiz Viana Filho, que abre o catálogo de sua valiosa coleção, incorporada ao acervo da biblioteca. Vários exemplares da coleção foram digitalizados pelo Senado e todos estão arquivados na sala-cofre, algumas dessas obras com valor incalculável e alguns exemplares únicos.

Foram selecionadas 275 obras raras para compor o catálogo. Os critérios foram a antiguidade

da obra; seu valor histórico, cultural e literário; sua importância no universo dos bibliófilos, pesquisadores e historiadores; e as edições consideradas especiais no mercado editorial.

O autor do prefácio é o bibliógrafo José Mindlin – que morreu no mês passado e era amigo de Luiz Viana Filho. Segundo Mindlin, poucas pessoas poderiam se gabar de uma cultura tão vasta quanto a de Luiz Viana.

Os livros do catálogo foram adquiridos pelo Senado nos anos 1990.

Café da manhã com os servidores com deficiência

O 1º secretário do Senado, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), e o diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, se reúnem hoje com servidores, funcionários terceirizados e estagiários com deficiência, em café da manhã no restaurante dos senadores.

A intenção é aproximar a administração da Casa das necessidades desses servidores para o melhor desenvolvimento de suas funções. Segundo Haroldo Tajra, "a administração está segura de que os servidores com deficiência têm muito a contribuir com o Senado".

Ele também destaca que os servidores com deficiência estão muito bem integrados nos tra-

balhos desenvolvidos pela Casa, tanto na área administrativa, quanto na legislativa.

O evento é organizado pelo Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência (Senado Inclusivo), que iniciou há seis anos o trabalho de levantamento do número e das necessidades dos servidores, terceirizados e estagiários com algum tipo de deficiência.

Desde então, o Senado tomou várias medidas para oferecer acessibilidade, como a reforma de sanitários de uso público; a instalação de elevadores adaptados; a construção de rampas de acesso; e o nivelamento de pisos e remoção de obstáculos.

Foram adquiridos triciclos motorizados, adaptados os plenários de quatro comissões e implantado o serviço de atendimento para pessoas com deficiência, que conta com profissionais especializados em linguagem de sinais.

O Senado Inclusivo também realiza ações que atendem ao público externo, como a gravação de audiolivros. Já estão disponíveis em formato MP3 e também na internet, entre outros, a Constituição federal, o Código Civil Brasileiro e a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Uma MP e dois projetos trancam a pauta

14h A pauta continua trancada por uma medida provisória e dois projetos de lei. Entre eles, o Projeto de Lei de Conversão 18/09 (MP 470/09), que destina recursos para a Caixa Econômica Federal.

Presidência Indicados para embaixadas

12h O presidente José Sarney recebe Roberto Jaguaribe, indicado para a embaixada no Reino Unido, e, às 12h30, José Antonio Marcondes de Carvalho, para ocupar o cargo de embaixador na Venezuela. Às 16h, Sarney preside a sessão plenária.

CE Debate sobre a importância do Enem

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa a importância do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no contexto das políticas de avaliação da qualidade da educação superior com os presidentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), José Joaquim Neto; da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Yann Evanovick; da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Alan Kardec Barbiero; e o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior (Andes), Antônio Lisboa de Souza.

CCT Combate à "cláusula de fidelização"

8h30 Proposta que considera abusiva a "cláusula de fidelização" em contratos de prestação de serviços de telecomunicações está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Outros 30 itens que deverão ser votados pela CCT são projetos de decreto legislativo dispendo sobre autorização para funcionamento de emissoras de rádio e de televisão.

CCJ Licitação de agências de propaganda

10h Projeto em votação na Comissão de Constituição e Justiça especifica as normas gerais para licitação e contratação, pelo poder público, de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda. Também na pauta da CCJ, proposta que trata da responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães de guarda perigosos, e proíbe a reprodução de cães da raça pit bull.

CDR Situação da aviação regional no país

10h30 Audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debaterá a situação da aviação regional no Brasil. Estão convidados a diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Vieira; os presidentes da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Murilo Barboza; do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Jeanine Pires; da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Carlos Alberto Ferreira; da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), Álvaro de Mello; o diretor-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea), José Márcio Mollo; e o defensor público da União André Ordacgy.

CAS Seguro-desemprego ampliado

11h A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa agenda com 25 proposições, entre elas a proposta que amplia o prazo de concessão do seguro-desemprego para os trabalhadores desempregados residentes em municípios incluídos em programa de combate ao desmatamento da Amazônia. Também em pauta, projeto que regulamenta o exercício da profissão de historiador.

CPI do MST IBGE e CNA presentes em audiência

14h Os presidentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Nunes; da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Plínio de Arruda Sampaio; e o representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Anaximandro Doudement, participam de audiência pública na CPI do MST.

CPI da Pedofilia Senadores ouvem delegada

11h A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que investiga a utilização da internet para a prática de crimes, realiza audiência pública para ouvir a delegada Mirela Santana Matos, de Paulo Afonso (BA).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Cícero Lucena cobra exame de projeto que garante uniforme a estudantes

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) cobrou ontem a aprovação de projeto de sua autoria que obriga os estados e os municípios a fornecerem uniforme escolar aos alunos da rede pública de ensino. Aprovada por unanimidade no Senado, a proposta aguarda votação na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

O parlamentar lamentou o caso recente de uma estudante da 8ª série do Colégio Frei Albino, de João Pessoa, que foi impedida de assistir às aulas por estar usando sandálias no lugar de tênis, conforme exigência da direção da escola. O pai da aluna explicou à imprensa local que não tinha dinheiro para comprar o calçado e que sua filha vem sendo vítima de piadas em decorrência do episódio.

No final do ano passado, o governo federal anunciou que faria licitação para a compra e o fornecimento dos uniformes às prefeituras. Em vez de licitação, o senador sugeriu que o governo deveria fornecer os recursos "para no mínimo estadualizar as compras", como forma de gerar emprego e renda para a mão de obra local.



Senador propõe que governo repasse verba para uniformes aos estados

Faltam professores nas escolas públicas do Piauí, alerta Mão Santa

Mão Santa (PSC-PI) comentou matéria publicada pelo jornal piauiense *Diário do Povo* sobre a falta de professores na rede estadual.

De acordo com o senador, a falta de professores em áreas como Matemática, Física e Espanhol vem prejudicando as aulas em muitas escolas estaduais. Quando não é possível reunir as turmas e preencher o horário das aulas, a única alternativa que resta é mandar os alunos de volta para casa, disse Mão Santa.

– Nós estamos vivendo um governo que montou o tripé da mentira, da corrupção e da incompetência. No Preme Sul [escola estadual], faltam pelo menos 30 professores para completar o quadro. Esse é o governo do Partido dos Traba-

lhadores – criticou.

Em aparte, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Mão Santa, lembrando que apenas 30% das metas fixadas pelo governo federal em 2001 para o setor de educação foram cumpridas até 2008.



Mão Santa denuncia que alunos têm sido mandados de volta para casa

Geovani celebra abertura de varas federais ambientais na Amazônia

Três estados da chamada Amazônia Legal ganharão varas federais especializadas em meio ambiente (instaladas nas capitais) até o final de 2010: Amazonas, Amapá e Pará, informou ontem Geovani Borges (PMDB-AP). O senador disse que, até 2014, serão instaladas mais de 200 varas ambientais por todo o país, 46 apenas em 2010.

– A medida é louvável, porque dará maior agilidade ao julgamento dos processos que hoje tramitam em varas de temas diversificados – comemorou.

Geovani Borges informou que o Amapá mantém intactas 92% de suas flora e fauna, porém a matança de golfinhos no estado (cuja carne é usada como isca para pesca) demonstra que as varas especializadas em meio ambiente são fundamentais na região.

O senador elogiou o Superior Tribunal de Justiça (STJ) por apoiar a instalação dessas varas ambientais e afirmou que, nos últimos 20 anos, esse tribunal vem tendo papel de destaque na proteção jurídica do meio

ambiente no Brasil.

– São mais de mil decisões de mérito sobre os mais variados temas de direito ambiental e sobre todos os biomas brasileiros. O tribunal está atento a questões como combate à poluição, proteção da biodiversidade e mudanças climáticas – registrou.

Além disso, continuou Geovani Borges, o STJ mantém um banco de dados de decisões judiciais e literatura científica sobre o tema na internet, para permitir o intercâmbio de informações entre a magistratura nacional.



Geovani Borges elogia atuação do STJ na "proteção jurídica" do país

Acordo entre governo e oposição garante votação de medida provisória que abre crédito para ministérios da Saúde e dos Transportes. Pauta de hoje inclui duas MPs



Em conversa no Plenário, os senadores Gerson Camata (E), José Agripino, Demostenes Torres e Francisco Dornelles

Aprovado crédito de R\$ 2 bi para combater gripe suína

GRAÇAS A ACORDO ENTRE governo e oposição, o Senado aprovou ontem a medida provisória (MP 469/09) que abre crédito extraordinário aos ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de R\$ 2,168 bilhões, destinados à prevenção e ao combate da gripe suína (H1N1). Do total de recursos, R\$ 2,163 bilhões foram para o Ministério da Saúde e os demais R\$ 5 milhões para órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes.

Durante a discussão do projeto, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a oposição decidiu colaborar na aprovação da proposta porque os recursos serão usados em favor da saúde da população, mas criticou a demora do governo em reagir e a "falta de planejamento" que levaram os recursos a serem liberados por medida provisória.

– Contestamos o uso de medida provisória como instrumento para liberação de crédito complementar. Se houvesse um mínimo de planejamento não

seria preciso editar MP, teríamos decidido na elaboração do Orçamento da União – afirmou.

José Agripino (DEM-RN) também ressaltou que o consenso foi atingido devido à importância da questão. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), agradeceu à oposição pela parceria na aprovação da matéria.

Na exposição de motivos da MP, assinada pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o Executivo argumenta que a alocação de recursos foi necessária devido à situação de emergência da saúde pública e ao aumento dos contágios e mortes por gripe suína. Tais despesas tornaram-se, portanto, "imprescindíveis ao desenvolvimento de ações emergenciais dos ministérios para prevenção, preparação e combate à pandemia", alegou o ministro.

Votações

Após a aprovação da MP, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou para hoje a

votação de outras duas medidas provisórias: a MP 470/09 (que consta na ordem do dia como Projeto de Lei de Conversão 18/09) e a MP 471/09. O objetivo é liberar a pauta de votações da Casa.

A MP 471/09 concede incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A partir de janeiro de 2011 até dezembro de 2015, essas empresas poderão apurar o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como ressarcimento das suas contribuições à seguridade social (PIS e Cofins).

Já o Projeto de Lei de Conversão 18/09, proveniente da Medida Provisória 470/09, autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica Federal e de R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste do Brasil S/A. Os recursos destinados à Caixa têm o propósito de atender à demanda por empréstimos e financiamentos em sua área de atuação.

Sarney prevê retorno da democracia participativa

A democracia representativa, hoje, está fadada a desaparecer, e o futuro aponta para a instituição da democracia participativa, como na Grécia antiga. A avaliação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, durante o painel "As novas mídias e a crise do Parlamento", do seminário *Brasilianas.org*, realizado ontem na Câmara dos Deputados.

Para Sarney, os parlamentos envelheceram e deixaram de representar a sociedade adequadamente. A representação parlamentar, afirmou, vem sendo superada logo após a posse dos eleitos pela velocidade dos acontecimentos, divulgados e acessíveis à população graças à mídia. Além disso, cada vez mais os meios de comunicação e a quantidade de informações disponíveis emergem e definem



Jornalista Luis Nassif e o presidente Sarney: novos rumos para a democracia

a opinião do eleitorado, e isso vem operando uma transformação no mundo político.

– O Congresso passou a ser concorrente da mídia – declarou.

Por isso, disse o senador, é necessário que os políticos ouçam a sociedade, estejam sintonizados com as mídias e atentos ao próprio eleitor, que não fica mais preso a uma única fonte de informações. "Por isso o sucesso do Twitter", observou.

A internet, ressaltou, além de ser um instrumento que modifi-

cou a democracia participativa, a atuação dos parlamentares, também foi responsável pela liberação dos meios de informação, abrindo um leque de verdades e de contestação que tirou o monopólio dos grandes jornais, dos sistemas de televisão e das organizações de mídia.

Sarney também criticou a atuação dos partidos políticos atualmente, que "não pregam mais ideologias". Para ele, os partidos querem exercer o poder, e não mais trabalhar a "parte programática".

Sessão solene no Plenário do Senado reuniu parlamentares e autoridades para comemorar o Dia Internacional da Mulher. José Sarney entregou Diploma Bertha Lutz, concedido a sete personalidades por sua luta e exemplo

Congresso destaca papel da mulher na vida pública

Sarney exalta "inteligência intuitiva" e defende igualdade

O presidente José Sarney afirmou acreditar na igualdade de direitos estabelecida na Constituição e condenou qualquer tipo de discriminação e violência contra a mulher. Mas ressaltou que o fim dos preconceitos depende de toda a sociedade.

— A mudança de atitude, a transformação de nossos preconceitos culturais passa pelo reconhecimento e pela vontade individual e coletiva — disse.

Sarney fez uma saudação especial à mulher política, que participa, "na sua dupla jornada,

da, da tarefa de criar famílias e construir o Estado". Para ele, as mulheres foram as primeiras a ter noção das instabilidades das instituições sociais e da necessidade de mantê-las.

— Direta ou indiretamente, sempre tivemos no comando de nossa sociedade as mulheres, com sua extraordinária inteligência intuitiva — afirmou.

Sarney lembrou ainda que há 25 anos, quando era presidente da República, instalou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Senadores e senadoras, deputados e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, destacaram ontem o papel das mulheres na vida pública e na sociedade, em sessão solene do Congresso que comemorou o Dia Internacional da Mulher, no Plenário do Senado.

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou os nomes das vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, concedido anualmente a personalidades que se destacaram na luta pelos direitos femininos.

As vencedoras foram Leci Brandão, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, Cleuza Pereira do Nas-

cimento, Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Maria Lygia de Borges Garcia (homenagem especial) e Fani Lerner, que já morreu e foi representada pela filha, Ilana. Cada agraciada recebeu um buquê de flores, uma placa e um diploma.

Também participaram da cerimônia a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire; o presidente do Conselho do Diploma Bertha Lutz, senador Marco Maciel (DEM-PE); e as coordenadoras das bancadas femininas na Câmara e no Senado, deputada Alice Portugal e senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Para Temer, Congresso tem ajudado

O presidente da Câmara, Michel Temer, disse que o Congresso tem estimulado a participação da mulher na administração do país e na política nacional. Ele citou a criação da Procuradoria da Mulher na Câmara dos Deputados, ocupada pela deputada Solange Amaral (DEM-RJ), que recebe e encaminha denúncias de discriminação.

Depois de dizer que a ministra Dilma Rousseff será a primeira mulher a disputar a Presidência da República — esquecendo-se que três outras, entre elas a ex-senadora Heloísa Helena, já disputaram o cargo —, Temer elogiou a atuação da coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados, a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).



As premiadas Maria Lygia Garcia, Ilana Lerner (representando a mãe, Fani, já falecida), Clara Steinberg, Leci Brandão, Cleuza Nascimento, Andréa Pachá e Maria Tibiriçá Miranda. Acima, a Mesa da sessão com Michel Temer, José Sarney, Dilma Rousseff e Nilcéia Freire



JAYME CAMPOS DESTACA PRÊMIO A MATO-GROSSENSE

Jayme Campos (DEM-MT) destacou a concessão do Diploma Bertha Lutz a Maria Lygia de Borges Garcia, que criou e presidiu a Fundação de Promoção Social de Mato Grosso no período de 1975 a 1978, época em que seu marido, Garcia Neto, governou o estado.

PARA OSMAR DIAS, É PRECISO MAIS EFICIÊNCIA

As mulheres, disse o senador Osmar Dias (PDT-PR), querem das autoridades públicas "não apenas discursos de congratulações", mas programas sérios para que elas tenham prevenção na área de saúde, hospitais de qualidade, emprego, segurança e também escola para os filhos.

LUTA PELA SAÚDE É PRIORIDADE, DIZ ROSALBA

Para Rosalba Ciarlini (DEM-RN), é necessário dar ênfase à luta pela saúde, pois uma das maiores violências contra as mulheres é negar-lhes o direito a tratamento de qualidade. A senadora, que é médica, informou que o Brasil ocupa a 65ª posição no ranking da mortalidade materna. Ela defendeu também a licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras, destacando a importância da medida não apenas para as mulheres, mas, sobretudo, para os seus filhos.

Leci Brandão destaca importância do prêmio

A cantora Leci Brandão assinalou que a sua vida a partir da homenagem prestada pelo Congresso foi enriquecida pela oportunidade de estar entre as outras premiadas com o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, que tanto contribuíram para a nação brasileira.

PARA SUPPLY, FALTA ACABAR COM A VIOLÊNCIA

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou as conquistas das mulheres brasileiras no século 20, para dizer que elas foram vitoriosas em sua luta, passando a atuar nas escolas, nos sindicatos, nos partidos políticos. Hoje, com "tantas colegas mulheres, boas políticas em todos os níveis, parecem cenas de filme de ficção a luta pelo voto feminino", afirmou. Ele lembrou, contudo, que uma luta ainda não foi vencida: a da eliminação da violência física e psicológica contra as mulheres, dentro e fora de casa.

RAUPP ACHA QUE AVANÇOS AINDA SÃO MUITO LENTOS

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que, apesar dos avanços no sentido da valorização feminina, um longo caminho ainda deve ser percorrido e é necessário caminhar com mais rapidez. Como exemplo, lembrou que as melhores condições de trabalho ainda não foram totalmente atendidas no mundo e no Brasil. Uma brasileira, disse ele, recebe em média 71,3% do que um homem recebe pelo mesmo trabalho; e uma mulher com curso superior tem salário em média 40% inferior ao do homem.

CAVALCANTI LAMENTA PRECONCEITO DE GÊNERO

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) saudou o crescente papel das mulheres na sociedade contemporânea, lamentando que ainda exista preconceito de gênero em alguns setores. O senador ressaltou que, entre estudantes e universitários, as mulheres são maioria, do mesmo modo que o são no mercado de trabalho onde se exige maior escolaridade (segundo o IBGE). Ele homenageou em especial Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, falecida no dia 12 de janeiro, no terremoto do Haiti.

VALADARES DEFENDE BENEFÍCIOS PARA MULHER

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) chamou a atenção para o papel central e insubstituível desempenhado pelas mulheres na família, no trabalho e na política. E destacou projetos de sua autoria, como o PLS 54/05, que cria o Juizado Especial Cível da Mulher, com o objetivo de agilizar a tramitação de processos com os de reconhecimento de paternidade e de guarda de filhos; e o PLS 283/08, que define crimes resultantes de discriminação contra a mulher nas relações de trabalho.

PRAIA LEMBRA QUE LUTA POR DIREITOS É DIÁRIA

É preciso lutar todos os dias em favor das mulheres, resumiu Jefferson Praia (PDT-AM), para quem o Congresso Nacional tem uma grande responsabilidade sobre o estabelecimento de políticas públicas voltadas às mulheres. Praia saudou as mulheres importantes em sua vida — como a esposa, a filha e a mãe —, além da viúva do ex-senador Jefferson Pêres e de todas as mulheres trabalhadoras, empreendedoras e voluntárias do Amazonas. Ele ainda fez uma menção especial às mulheres que se dedicam à vida religiosa.

VALTER PEREIRA SAÚDA MULHERES PELA CORAGEM

As mudanças ocorridas em favor do gênero feminino não se deram por generosidade dos homens, mas pela coragem e determinação das mulheres, afirmou o senador Valter Pereira (PMDB-MS). Ele saudou todas as senadoras que compõem a bancada feminina. — O mais poderoso ministério do presidente Lula é comandado pela poderosa ministra Dilma Rousseff. Nos tribunais superiores, não menos que 12 mulheres engrandecem a justiça e o direito — disse.

MOZARILDO: "CELEBREMOS AS DIFERENÇAS"

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) citou artigo "escrito por uma mulher", segundo o qual "a ideia de igualdade entre os sexos é errônea e destrutiva para a mulher, o homem, a família e a sociedade, pois gera um sentimento de competição entre o homem e a mulher". — A mulher quer igualdade de dignidade. Celebremos as diferenças, sem atribuir-lhes superioridade umas sobre as outras — afirmou o senador.

TODAS SÃO REFERÊNCIA, DIZ LÚCIA VÂNIA

Lúcia Vânia (PSDB-GO) cumprimentou as homenageadas pela trajetória de luta, pela força e pela referência que significam para todas as mulheres. A senadora disse ter a honra de integrar a bancada feminina no Senado, composta por nove parlamentares que, acima das diferenças partidárias, buscam conquistas para as mulheres brasileiras.

FÁTIMA FAZ HOMENAGEM ÀS PROFESSORAS

Fátima Cleide (PT-RO) fez homenagem especial às trabalhadoras da área de educação, que, informou, entrarão em greve nacional pela implantação do piso salarial para a categoria em todo o país, conforme aprovado pelo Congresso Nacional. O piso salarial estaria agora na dependência de posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

MARCONI PREGA MAIOR PRESENÇA NA POLÍTICA

Marconi Perillo (PSDB-GO) defendeu maior participação das mulheres na política, pois ainda enfrentam preconceitos e barreiras nessa área. Para ele, uma solução seria a revisão da lei que prevê uma cota de gênero nas indicações dos partidos. Marconi homenageou três mulheres goianas — Berenice Artiaga, Almerinda Arantes e Ana Braga —, além da dra. Zilda Arns.

JOÃO RIBEIRO MANIFESTA RESPEITO E ADMIRAÇÃO

João Ribeiro (PR-TO) disse que tem profunda admiração e respeito pelas mulheres. Ele observou que é filho de "uma das maiores mulheres" que conheceu na vida e homenageou todas as mulheres do Tocantins e do mundo através dela. O senador lembrou que seu pai foi assassinado e sua mãe, Teresa Hilário Ribeiro, criou e manteve os seis filhos unidos.

CASAGRANDE: DIFERENÇA SALARIAL AINDA É ALTA

Renato Casagrande (PSB-ES) disse que as mulheres ainda precisam percorrer um longo caminho em busca da igualdade de oportunidades, citando como exemplo o pagamento às trabalhadoras de menores salários em comparação com os homens.

LEI MARIA DA PENHA FOI AVANÇO, LEMBRA AGOSTO

Augusto Botelho (PT-RR) lembrou a aprovação pelo Congresso da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha), em 2007, citando, entre as conquistas, a criação de juizados especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

DESAFIO É A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, DIZ ARNS

O Brasil tem o desafio de construir cidadania com dignidade, respeito, oportunidade e chances para que todos os homens e mulheres do país possam participar plenamente da edificação da sociedade, afirmou ontem o senador Flávio Arns (PSDB-PR).

MALTA LEMBRA MÃES QUE LUTAM CONTRA AS DROGAS

O senador Magno Malta (PR-ES) cumprimentou as mulheres, em especial as mães. — Quero homenagear especialmente as mães que lutam com grandes dificuldades para criar seus filhos longe do crime, longe das drogas — disse o senador.

Sucessão presidencial domina sessão do Dia das Mulheres

Diante da pré-candidata do governo à Presidência, Dilma Rousseff, senadoras se dividem sobre eleição de uma mulher para o cargo público mais importante do país

A COMEMORAÇÃO DO Dia Internacional da Mulher, feita pelo Congresso ontem, foi marcada por declarações políticas acerca da campanha presidencial de outubro. A presença da pré-candidata do PT, ministra Dilma Rousseff, ainda no cargo de chefe da Casa Civil, provocou declarações favoráveis à eleição de uma mulher para ocupar o Palácio do Planalto, da parte da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), mas também questionamentos sobre uma opção baseada no gênero, esses da

parte da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

Entusiasmada com a presença da ministra, Serys deixou de lado o discurso que trouxe escrito e improvisou, enaltecendo as qualidades de Dilma e a visita que ela fez na segunda-feira ao Rio de Janeiro. A senadora afirmou que chegou a hora de uma mulher ocupar a Presidência da República.

Marisa Serrano (PSDB-MS), por sua vez, disse que não se pode escolher um presidente da República apenas com base

em gênero, raça, religião, mas com base no que propõe, nos projetos, na experiência administrativa e no seu passado. Acrescentou que as mulheres brasileiras não aceitariam uma mulher na Presidência para reproduzir a política que tem sido feita até hoje pelos homens, com alianças questionáveis e éticas momentâneas.

A ministra Dilma Rousseff listou as realizações do governo Lula e mencionou projetos futuros, como o aumento do programa de creches.

Dilma quer combate à violência contra a mulher

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, garantiu que não será permitido qualquer retrocesso na chamada Lei Maria da Penha, que instituiu penas especiais para a violência contra as mulheres. "Temos que promover um combate sem quartel à violência contra a mulher", disse.

Dilma Rousseff relacionou várias medidas em defesa da mulher e da família, que atribuiu ao governo Lula. Entre elas o fato de que o dinheiro do Bolsa Família é entregue diretamente às mulheres. Os títulos de propriedade do programa Minha Casa, Minha Vida, lembrou, são também emitidos em nome das mulheres. E as terras distribuídas em assentamentos para agricultura familiar seguem a mesma orientação.

— O programa Luz para Todos acabou com o drama da lata d'água na cabeça, ao permitir que se bombeie água para as casas mais pobres. O mesmo programa permite o uso da máquina de costura, da máquina de lavar, da geladeira, o que torna a vida menos penosa — ressaltou a ministra.

Marina diz que Humanidade estava firmada "na visão do masculino"



Marina: "Luta é em defesa de nova visão civilizatória"

Lembrando que até bem pouco tempo a Humanidade caminhou "manquejando", pois estava firmada apenas "na visão do masculino", a senadora Marina Silva (PV-AC) afirmou que a luta das mulheres hoje é em defesa de uma nova visão civilizatória.

Segundo Marina, a possibilidade de o Brasil ter uma mulher na Presidência da República, após 500 anos de história, é uma conquista das mulheres por sua luta nos últimos cem anos. Mas também uma conquista particular da sociedade brasileira, avaliou.



Mário Couto: "Dilma faltou com a verdade"

O senador Mário Couto (PSDB-PA) disse que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, faltou com a verdade no pronunciamento que fez em homenagem às mulheres. Ele disse que a ministra se esqueceu de falar da situação das mulheres aposentadas e perguntou se ela conseguiria viver, por pelo menos um dia, como vivem as aposentadas brasileiras.

— A ministra, que tanto bloqueou o aumento dos aposentados, faltou com a verdade, ela que é carrasca, que gosta de fazer o mal — afirmou o parlamentar.

Marisa diz que mulheres não podem repetir essas "alianças questionáveis"



Para Marisa, mulher deve ditir novo padrão ético

Marisa Serrano (PSDB-MS) lamentou que a lei que fixou cota mínima de 30% para mulheres nas vagas eletivas proporcionais (deputados federais, estaduais e vereadores) não esteja funcionando como se esperava. Os partidos não estão conseguindo preencher as cotas. Marisa perguntou também por que as mulheres têm feito o mesmo jogo político dos homens, em vez de instituir novos padrões éticos. Para a senadora, "as mulheres não podem ser apêndices dos homens, não podemos assumir essas alianças questionáveis, essas éticas momentâneas, esses acordos obscuros".



Serys, aos jogadores: "Seu Bruno, seu Adriano, não façam mais isso"

Serys critica jogadores do Flamengo

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) condenou duramente a violência contra as mulheres, além de defender a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, presente à cerimônia. Serys também repreendeu publicamente os jogadores do Flamengo Bruno (goleiro) e Adriano (centroavante), que se

envolveram na semana passada em uma briga pública com a noiva de Adriano, Joana Machado, com agressões de lado a lado. — Seu Bruno, não me faça mais isso! Seu Adriano, por favor, também não me faça mais isso! Não queremos, não aceitamos, não toleramos mais agressões ou violência de qualquer tipo.

Debatedores expõem divergências quanto a reativação da Telebrás, carga tributária no serviço e velocidade mínima a ser estabelecida como meta

Plano deve garantir internet rápida a preço baixo

O PLANO NACIONAL de Banda Larga deverá estabelecer as condições para que a internet chegue com qualidade, velocidade e a preços módicos a cada localidade brasileira.

Essa opinião foi consenso na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Mas

houve divergências sobre temas como reativação da Telebrás, carga tributária no serviço de internet e velocidade mínima a ser estabelecida como meta.

O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, opinou que a inclusão digital não deve ser tratada como luxo ou privilégio, nem também

como bandeira de um ou outro partido. O tema, avaliou, deve ser encarado como vital para o exercício da cidadania.

O coordenador dos programas de inclusão digital do governo, Cezar Santos Alvarez, assinalou que a política nacional de banda larga desenvolvida pelo Executivo envolve também medidas como redução dos preços dos

equipamentos de acesso à rede mundial e implantação de laboratórios de informática em 55 mil escolas.

O presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp), Luis Cuza, defendeu mais ousadia no momento de o governo estabelecer as metas do plano de banda larga brasileiro.

Por sua vez, Jarbas José Valente, do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), alertou para a necessidade de a ampliação do serviço de banda larga ser executada por meio de uma boa infraestrutura.

José Fernandes Pauletti, presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix), comemorou o fato de haver muito mais convergências do que divergências entre as partes envolvidas na implantação do Plano Nacional de Banda Larga.

Ministro defende reativação da Telebrás

O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, disse na Comissão de Ciência e Tecnologia que o governo ainda não tem posição fechada sobre a reativação da Telebrás, mas defendeu o retorno da empresa.

– O governo vai precisar de algum instrumento para administrar o ativo que tem – argumentou Franklin Martins.

Os senadores que questionaram o ministro sobre o assunto foram Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da comissão; Lobão Filho (PMDB-MA), vice-presidente; Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



No debate na CCT, Luis Cuza, Jarbas Valente, Franklin Martins, Flexa Ribeiro, Cezar Alvarez e José Fernandes Pauletti

Apoio a política de controle de natalidade de cães

O projeto que estabelece a política nacional de controle de natalidade para cães e gatos domésticos recebeu cerca de 300 mil assinaturas de apoio de cidadãos brasileiros. A informação é de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que leu, na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), relatório favorável elaborado por Wellington Salgado (PMDB-MG).

O projeto (PLC 4/05), de autoria do deputado Affonso Camargo (PSDB-PR), poderá ser votado pela CAE na próxima semana. Ontem não houve quórum regi-



Garibaldi Alves (E), presidente da CAE, conversa com Tasso Jereissati

mental para deliberação.

Dívida

Ainda na reunião de ontem, a CAE voltou a discutir o perdão de parte da dívida do Suriname

com o Brasil. O montante consolidado em fevereiro de 2009 é de US\$ 118 milhões.

O relator, César Borges (PR-BA), é a favor da mensagem presidencial (MSF 61/10).

Fundo poderá servir para recuperar áreas degradadas

Áreas ambientalmente degradadas poderão passar a receber recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente. A proposta (PLS 606/07) de financiamento de projetos para a recuperação desses espaços é do senador Valter Pereira (PMDB-MS) e teve parecer apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem. A votação foi adiada para a próxima semana.

O relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM), incorporou análise já feita pela relatora anterior na CAE, Marina Silva (PV-AC). Segundo ela, a recuperação de áreas degradadas, especialmente as definidas como de preservação permanente pelo Código Florestal, é fundamental para viabilizar o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis.

Debates sobre uso de diesel e Projeto Ômega

Os senadores da CAE devem realizar uma audiência pública sobre projeto (PLS 656/07) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que permite a comercialização de veículos de passeio movidos a diesel. E outra sobre o Projeto Ômega, iniciativa que pretende transformar o país em centro internacional do mercado de moedas, desregular o mercado cambial e tornar o real uma moeda com conversibilidade internacional.

O primeiro debate foi proposto pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o segundo pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). Os requerimentos para a realização das audiências públicas, lidos ontem, deverão ser votados na próxima semana.

Rosalba: analfabetismo é uma agressão aos direitos humanos

O Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) será discutido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em audiência pública. O debate, sugerido por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), vai focar a necessidade de aprimorar o texto para que o analfabetismo

e a criança fora da escola sejam considerados agressões aos direitos humanos.

A comissão também aprovou envio de voto de pesar pelo falecimento do sambista carioca Walter Alfaite e do compositor e pianista Alfredo José da Silva, o Johnny Alf.



Rosalba Ciarlini e Flávio Arns na reunião da Comissão de Educação

Comissão discutirá 20 anos do Código de Defesa do Consumidor

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) para realização de um ciclo de debates sobre os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

A CMA também acolheu re-

querimento de João Pedro (PT-AM) para realização de audiência sobre o PLS 337/09, de João Vicente Claudino (PTB-PI), que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os equipamentos destinados aos processos de dessalinização da água – usados para transformar água salobra em potável.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Rosalba Ciarlini • Augusto Botelho • Sadi Cassol • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Ery Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Produtores do campo precisam de solução urgente para dívidas com os bancos, alertam especialistas em debate na Comissão de Agricultura



Goellner (acima) propôs o debate, presidido por Válter Pereira (C, ao lado), com especialistas na CRA



“Só um novo modelo resolve problema da dívida rural”

É INÚTIL CONTINUAR tentando resolver o problema do endividamento do produtor rural com renegociações em bases tradicionais, concordaram ontem os participantes de debate realizado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Segundo eles, o atual modelo de financiamento se esgotou e só amplas reformas vão evitar que os agricultores voltem a ficar em atraso.

– Temos que ir mais rápido nesse processo. Com toda essa instabilidade, a confusão que vem por trás irá nos atropelar – afirmou Guilherme Dias, consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O debate, proposto pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT), originalmente discutiria as dívidas dos produtores que financiaram em bancos a compra de máquinas e implementos agrícolas. Mas as discussões se encaminharam para uma avaliação global do modelo de crédito, que registra uma inadimplência de 20%.

A proposta da CNA envolve a concessão de bônus para a redução da dívida, tanto para

produtores adimplentes como os em atraso, neste caso associado a uma redução dos juros e maior prazo de pagamento.

O consultor propôs que o Brasil eleve a margem de subsídio para o setor ao patamar de pelo menos 10% do produto agrícola, quando o nível atual fica ao redor de 5%. Segundo Guilherme Dias, muitos países chegam a 20% de subsídios para o campo.

– Não tem outra saída. Mas tem que ser um subsídio inteligente, com controle e transparência – observou.

“Pejotização”

Pelo modelo proposto, precisaria haver ainda um acordo com a União e os estados para redução dos impostos que incidem sobre produtos rurais e insumos.

A contrapartida dos produtores envolveria o compromisso com a formalização plena de suas atividades e consequente eliminação da sonegação de tributos. É o que está sendo chamado de “pejotização [de CNPJ] do campo”, conforme o consultor.

O chefe da Secretaria de Ges-

tão da Carteira Agrícola do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), William Lopes Saab, não trouxe as informações que os senadores desejavam sobre as renegociações e o volume das dívidas dos produtores junto aos bancos que repassam recursos daquela instituição para investimentos no campo – as linhas Finame e Moderfrota, para tratores e implementos agrícolas.

Ele admitiu que o banco enfrenta problemas operacionais para totalizar os dados, em virtude da própria velocidade das renegociações. Por isso, como informou, houve atraso nas reparações e até paralisação da cobrança dos valores antigos.

De acordo com Saab, o BNDES definiu uma solução para regularizar tudo: adotar um sistema declaratório de dívidas semelhante ao do imposto de renda. Os tomadores de recursos deverão dizer ao banco quanto consideram dever e retornar os pagamentos. Em seguida, as informações serão checadas com os ajustes dos valores para os números que o BNDES considerar definitivos.

Febraban defende fundo de risco para operações agrícolas

O representante da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Ademiro Vian, defendeu como inadiável a instituição de um fundo de risco para cobrir as operações agrícolas. Para ele, a solução para o endividamento requer nova sistemática de financiamento, mas frisou que já não há saída para muitos produtores, diante do alto endividamento acumulado. Depois de estimar em R\$ 3 bilhões o estoque da dívida junto aos bancos, somente em relação aos empréstimos com recursos da linha Moderfrota do BNDES,

Vian disse que apenas metade desse volume seria recuperável.

O senador Gilberto Goellner reconheceu que as linhas de financiamento de máquinas agrícolas foram um dos fatores que empurraram o crescimento da produção, ampliada em 62% nos últimos dez anos. Mas voltou a criticar as taxas das operações, inclusive nas renegociações. “Uma máquina agrícola nova custa muito menos em comparação com o valor que o produtor pagará pelo financiamento de outra adquirida nos últimos anos”, reclamou Goellner.

Valter Pereira teme retaliação ao trigo

O presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), comentou a recente vitória do Brasil contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC), em relação aos subsídios americanos ao algodão.

O senador apelou, no entanto, para que o governo brasi-

leiro retire o trigo da relação das importações americanas que podem ser retaliadas.

– Se o trigo for mantido na lista, obviamente a pressão desse produto vai elevar o preço do pão nosso de cada dia. Isso vai repercutir no bolso do consumidor e nos índices de inflação – comentou.

Paraíba facilita entrega de semente para agricultores

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) anunciou ontem, em Plenário, a distribuição de sementes selecionadas de milho e feijão a pequenos agricultores paraibanos para o plantio da safra 2010.

As sementes, distribuídas pela Secretaria de Agricultura e Pesca, não serão vendidas, informou o senador. Os produtores deverão apenas se comprometer a devolver, ao final da safra, dois quilos de sementes para cada quilo recebido.

A novidade do programa neste ano, segundo Cavalcanti, é que não haverá mais necessidade de contratos entre os produtores rurais e a secretaria.



Roberto Cavalcanti: produtor não precisará mais assinar contratos

Parlasul propõe criação de fundo de apoio à agricultura familiar

Os países que integram o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – poderão criar o Fundo de Fomento da Agricultura Familiar e Comunitária. Uma proposta de recomendação com esse objetivo foi aprovada na última segunda-feira pelo Parlamento do Mercosul, em Montevideu.

O texto será enviado ao Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do bloco, composto por ministros das Relações Exteriores e da Economia dos quatro países, que poderá transformá-lo em uma decisão. Nesse caso, ela seria enviada aos parlamentos dos países que integram o bloco para ser ratificada. Somente depois disso poderá tornar-se lei em todo o Mercosul.

O objetivo do fundo, de

acordo com a proposta, é o de “fomentar o desenvolvimento político, social, cultural e econômico das comunidades camponesas, com um enfoque intercultural e ambiental, propiciando formas de associação entre essas entidades e os governos locais”.

O parlamento decidiu também declarar como sendo de interesse regional o projeto Promoção da Agricultura Familiar e Comunitária no Mercosul, formulado pela Rede de Organizações Comunitárias e Sociais do bloco.

O projeto estimula o uso sustentável da água, a formulação de políticas públicas para promoção da agricultura familiar e o desenvolvimento de uma “cidadania participativa” entre os produtores familiares.



Embaixador Regis Arslanian e senador Geraldo Mesquita Júnior, em Montevideu

Retomada de negociações com UE pode fortalecer o Mercosul

A retomada das negociações entre o Mercosul e a União Europeia, que poderá levar a um acordo de associação entre os dois blocos ainda neste ano, foi bem recebida por deputados e senadores que participaram da 22ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul, realizada na segunda-feira, em Montevideu. Para eles, a aproximação com a Europa pode, ao mesmo tempo, abrir mercados e fortalecer o bloco sul-americano.

– O Mercosul só tem um tratado de livre comércio firmado até hoje – com Israel –, apesar de existirem outros em discussão. Se tivermos agora a aprovação do acordo com a União Europeia, o Mercosul ganha muito em importância e em rejuvenescimento – disse o senador Eduardo Azeredo

(PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) acredita ser um bom negócio para o Mercosul promover uma maior abertura aos produtos industriais europeus.

Na manhã de segunda-feira, o representante permanente do Brasil junto ao Mercosul, embaixador Regis Arslanian, fez um relato aos parlamentares, na capital uruguaia, do andamento das negociações entre os dois blocos, que haviam sido interrompidas há três anos. Naquela época, recordou, os negociadores europeus decidiram suspender as negociações porque preferiam esperar o resultado da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio.



Dornelles: divulgar salários dos diretores põe em risco as famílias

Dornelles critica regras da CVM sobre salários

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou ontem a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pela edição da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que estabelece novas regras sobre a publicidade de informações das sociedades anônimas de capital aberto.

Dentre as mudanças trazidas pela norma, explicou o senador, aparecem obrigações quanto à divulgação da remuneração individual dos membros dos conselhos de administração e fiscal (bem como membros de diretorias) de companhias com ações negociadas em bolsa.

Na sua opinião, a nova regulamentação contraria a Constituição federal e a chamada Lei das Sociedades Anônimas ao "promover um aprofundamento sem precedentes na intimidade dos administradores dessas sociedades".

– Essas companhias já são obrigadas por lei a divulgar o montante global da remuneração de seus administradores. Parece que houve esquecimento de que a Lei das Sociedades Anônimas já se ocupava [do assunto], permitindo a divulgação individual ou global – afirmou.

Dornelles acredita que a maior transparência objetivada pela norma pode acarretar perigos à segurança pessoal desses administradores e suas famílias.

Presidente da comissão, Heráclito pede que os senadores que compõem o colegiado solicitem a quebra do sigilo bancário dos envolvidos com a cooperativa habitacional

CPI das ONGs pode apurar possíveis desvios na Bancoop

INVOCANDO SUA CONDIÇÃO de presidente da comissão parlamentar de inquérito que investiga as organizações não governamentais (CPI das ONGs), Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu aos integrantes da CPI que solicitem a quebra do sigilo bancário dos envolvidos no possível desvio de recursos da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) para financiar campanhas eleitorais do PT.

– Não é mais possível que se coloque para baixo do tapete essa sujeira, essa imundície que vem debilitando recursos que são carreados para resolver o problema da moradia – disse.

Ele se referiu a nova denúncia da revista *Veja* sobre o caso, mas lembrou que "os desvios da Bancoop são conhecidos nas páginas dos jornais brasileiros há pelo menos quatro anos".

Heráclito lamentou as tentativas de se retardar a apuração dos fatos e afirmou que, se o sigilo bancário dos envolvidos tivesse sido quebrado no devido momento, "o atual tesoureiro do PT já teria tido sua culpa ou inocência apontada". Ele elogiou os partidos que tomam providências para punir os envolvidos em escândalos e criticou aqueles que culpam a imprensa por divulgar os fatos.



Heráclito diz que desvios da Bancoop são conhecidos há quatro anos



Marcelo Crivella: sete senadores devem votar contra nova distribuição

Crivella rejeita mudança na divisão de royalties

Marcelo Crivella (PRB-RJ) repudiou ontem emenda dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG) que divide os recursos dos royalties do petróleo, mesmo fora da camada pré-sal, conforme os fundos de Participação dos Estados e Municípios. O senador acredita que a mudança pretende mexer em "ato jurídico perfeito", com graves prejuízos para estados produtores como Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Aprovada pela Câmara, a emenda teria resultado de "uma maioria constituída por puro oportunismo eleitoral, ou por ambição, de tentar massacrar a minoria". Com isso, alguns municípios de estados produtores de petróleo, como Campos (RJ), correm o risco de quebrar financeiramente.

Com apoio de Magno Malta (PR-ES), Crivella criticou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que teria anunciado disposição de aprovar logo as quatro propostas sobre o pré-sal, inclusive a que trata da distribuição dos royalties. Segundo Crivella, sete senadores – três do Espírito Santo, três do Rio de Janeiro e um de São Paulo – rejeitam a mudança e, como são da base do governo, podem fazer falta à maioria na hora de votar os projetos do pré-sal.

Alvaro critica posição de ministra sobre denúncia

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, teve a "desfaçatez" de tentar desqualificar a denúncia feita pelo Ministério Público sobre o desvio de R\$ 100 milhões da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), dizendo que se tratava de "sujeira de campanha".

Alvaro Dias anunciou que encaminhará requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que o promotor encarregado do caso, José Carlos Blat, fale sobre as investigações feitas nos últimos três anos.

– O promotor está apresentando o roteiro da corrupção, o itinerário da corrupção, com provas documentais.

O senador anunciou que encaminhará outro requeri-



Alvaro Dias: "O promotor está apresentando o roteiro da corrupção"

mento para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditorias nos fundos de pensão Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Fundação dos Economistas Federais (Funcap) e Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que

repassaram à Bancoop recursos que teriam sido desviados.

Marisa Serrano (PSDB-MS) e José Agripino (DEM-RN) lembraram, em apertes, que a fraude foi detectada em 2006. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o PT acompanhará com atenção as investigações.



Segundo Paim, há consenso em torno da aposentadoria especial e da regulamentação da profissão

Paim debate projeto que cria o Estatuto do Motorista Profissional

Depois de participar, em São Paulo, de debate organizado pela Federação das Empresas de Transporte de Cargas para discutir projeto de sua autoria (PLS 271/08) que cria o Estatuto do Motorista Profissional, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que foi acertado um calendário de audiências públicas a serem realizadas nos estados a fim de que sejam feitos ajustes na proposta.

– Em dois pontos todos concordam, empregados e empregadores [de empresas de transporte rodoviário de carga]: aposentadoria especial para o profissional do volante e a regulamentação da profissão – disse Paim.

No final de abril, completou Paim, ele deverá se reunir com lideranças dos trabalhadores em Brasília.



Para Sadi Cassol, não é justo que o próprio poder público ofereça vagas com salários abaixo do piso

Sadi Cassol quer proibir concurso de oferecer salário abaixo do piso

O senador Sadi Cassol (PT-TO) anunciou que já conseguiu as assinaturas para apresentar proposta de emenda à Constituição que proibirá os estados, a União e os municípios de lançarem edital de concurso onde o salário previsto seja inferior ao piso da classe do profissional a ser escolhido.

– Não é justo que hoje se abra um concurso público, por exemplo, para um engenheiro civil e o estado coloca no edital [salário] de dois mil reais quando o piso salarial da categoria é de quatro mil reais – afirmou.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) elogiou a ideia de Cassol, criticando os cinco governadores que entraram na Justiça questionando a lei do Congresso que fixou o piso nacional dos professores (R\$ 950,00).



"Participei, na inauguração, de um momento de geração de emprego e renda", afirma senador

César Borges: agricultura irrigada é solução para desenvolver o Nordeste

A agricultura irrigada é uma das formas mais eficientes de gerar riqueza nas regiões semiáridas do Nordeste brasileiro, segundo afirmou ontem César Borges (PR-BA). O senador participou, juntamente com o presidente Lula, da inauguração na última sexta-feira do Projeto de Irrigação Salitre, na zona rural de Juazeiro, Bahia.

– A solução para desenvolvimento do Nordeste é a agricultura irrigada. Participei, na inauguração, de um momento de geração de emprego e renda – ressaltou.

César Borges informou que o projeto começou há 12 anos. O Salitre deve gerar 30 mil empregos diretos e 60 mil indiretos na primeira fase, inaugurada no último dia 5, atenderá 200 agricultores.

– A agricultura irrigada é uma grande saída para o Nordeste – disse.

Flexa Ribeiro relata visitas a Moju e Abaetetuba

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou ontem as viagens que fez aos municípios paraenses de Moju e Abaetetuba no último final de semana. As visitas fizeram parte do projeto "O Pará que queremos", patrocinado pelo Instituto Teotônio Vilela, ligado ao PSDB.

Em Moju, o senador lamentou não ter conseguido que o governo encampasse um "vitorioso projeto" do Incra no município, que financiou o plantio de dendê em 150 propriedades, possibilitando às famílias uma renda mensal de R\$ 2,5 mil.

Flexa Ribeiro disse que, ao lado de políticos do estado, visitou em Abaetetuba algumas das 72 ilhas que compõem o município. O senador lamentou o fato de nessas ilhas as normas do Fundeb não permitirem que seus recursos sejam utilizados na construção de trapiches nas escolas ribeirinhas, para facilitar o acesso de alunos que chegam de barco.